

Estado de Mato-Grosso

LEI Nº 16 de novembro de 1 948. 184 de

Autor: Poder Executivo

Dispõe sobre o entendimento amigavel a ser feito entre o Estado de Mato Grosso e o De sembargador ERNANI LINS DA CUNHA, para paga mento dos seus vencimentos em virtude de aposentadoria, nos têrmos do artigo 177, da Constituição Federal de 10 de Novembro.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO: Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado decre ta e eu sanciono a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a promover entendimento amigavel com o Desembargador ERNANI LINS DA CUNHA, para pa gamento dos vencimentos integrais a que tem direito, em virtude da sua aposentadoria nos têrmos do artigo 177 da Constituição Federal, de 10 de Novembro de 1 937.

Artigo 2º - Para o fim previsto no artigo antecedente, fi ca o Poder Executivo autorizado a abrir o crédito especial necessário, que será coberto com os recursos disponiveis provenientes do empresti mo contraído pelo Estado em virtude da Lei nº 65, de 6 de dezembro de 1 947.

Artigo 3º - Esta lei entrará em vigor na data da sua pú blicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Alencastro, em Cuiabá, 16 de novembro de 1 948, 127º da Independência e 60º da República.

August Aluzis Orlas